



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

**O terreno de Wai Long, rodeado pelo aeroporto, central de incineração, estação de tratamento de águas residuais e centro de substâncias perigosas, será realmente adequado para habitar?**

Embora já exista consenso social sobre a “procura activa de terrenos para a construção de mais habitações públicas”, tenho vindo a exortar o Governo para que responda, o mais rápido possível, às solicitações da população sobre a habitação, no entanto, isto não significa que a população deixe o Governo escolher um local à toa e colocar os residentes, que se deparam com dificuldades habitacionais, em locais de risco para a sua saúde física e psicológica.

Nos anos 80, o então Governo Português de Macau construiu muitas habitações públicas na zona das barracas de Toi San e até colocou um arco com o nome “Bairro Tamagnini Barbosa” para recordar essa boa política. A habitação pública, tal como o nome indica, tem por objectivo proporcionar abrigo a quem se encontra em situações más e difíceis, e após o estabelecimento da RAEM, a população passou a ser a dona da RAEM, porém, agora, foi escolhido o terreno de Wai Long como local para a construção de habitação pública, terreno este que se encontra em frente ao Aeroporto Internacional de Macau, colocando a população em perigo. Isto é má política.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

O Governo da RAEM ignorou sempre a procura de habitações, e em 2016, veio propor, repentinamente, a construção de 8 mil habitações económicas no terreno de Wai Long, para uma ocupação de mais de 20 mil residentes, no entanto, aquele terreno está rodeado pelo aeroporto, central de incineração de resíduos sólidos, estação de tratamento de águas residuais, centro de tratamento de substâncias perigosas, entre outras instalações repulsivas, as vias envolventes estão cheias de trânsito, e a zona vizinha de Pac On está a desenvolver-se para aí se concentrarem escritórios e armazéns do Governo, para se elevar a qualidade da indústria e construir infra-estruturas públicas. Isto suscitou imediatamente dúvidas entre os profissionais da área do planeamento urbanístico e da protecção ambiental, e até mesmo entre o público.

Na altura, até parecia que o Governo tinha tido em conta as grandes necessidades habitacionais, porém, escolheu, irresponsavelmente, um local rodeado por instalações repulsivas para construir habitações, criando assim um efeito objectivo de divisão social. Os residentes que se preocupam com a saúde e o ambiente habitacional foram difamados e acusados de serem “porta-vozes dos empresários do sector imobiliário que se opõem à habitação pública”. Imagine-se o seguinte: quando o empreendimento estiver concluído, os candidatos à habitação económica vão certamente deparar-se com dificuldades, pois, se recusarem ocupá-lo, podem ser acusados pela sociedade de serem demasiado arrogantes, e se optarem pelo contrário, terão de se sujeitar à poluição ambiental que pode pôr em causa a sua saúde física e psicológica, e até a vida dos seus descendentes. Consequentemente, o resultado é a criação dum bairro social problemático por intervenção humana, isto é,



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

uma situação que podia ser evitada vai originar problemas muito maiores do que os problemas habitacionais.

Há alguns anos, o Governo autorizou a construção, no terreno de Wai Long, de um grande complexo residencial privado de luxo, o “*La Scala*”, que acabou envolvido numa situação de corrupção activa e branqueamento de capitais comprovada pelo tribunal, portanto, um verdadeiro “produto da corrupção”. Antes do surgimento deste caso, ou seja, na sessão pública sobre a concessão do terreno, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental já tinha questionado o eventual impacto causado pelo ruído dos voos no aeroporto e pelas emissões de poluentes da Central de Incineração. Mais ainda, naquela altura, os regimes jurídicos relativos aos terrenos, ao planeamento urbanístico e à protecção ambiental ainda não eram perfeitos, por isso, não é adequado utilizar o “produto da corrupção” do passado como fundamento para suportar a escolha de hoje, isto é, a escolha do local para a habitação económica. Numa perspectiva científica, objectiva e racional, as reservas são grandes em relação ao terreno de Wai Long, se este é ou não adequado para viver (seja habitação privada seja pública), portanto, também não existe lógica na afirmação de que “só pode ser construída habitação de luxo e não pode ser construída habitação económica”.

Posteriormente, para colmatar as lacunas, o Governo procedeu a um estudo sobre a avaliação ambiental, e apresentou, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2018, a proposta de redução do número de habitações para 6500 e, nos últimos meses, foram apresentados dois projectos de alteração, tendo este número reduzido para 4000 a 5300. Isto demonstra que, ao fim destes



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

anos, se deu razão às dúvidas dos profissionais e da população, no entanto, nunca foram divulgados quaisquer relatórios e informações sobre a avaliação ambiental do projecto “*La Scala*”, nem do projecto de habitação económica de Wai Long, o que impede o público de proceder a uma avaliação científica.

Além disso, há falta de transparência por parte da incineradora de resíduos sólidos, que é elemento essencial da controvérsia da escolha da localização de Wai Long. Em 2010, os trabalhadores da Central acusaram as autoridades de ocultar o facto de as emissões das incineradoras excederem significativamente os parâmetros estabelecidos, e no ano seguinte, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental começou a divulgar os dados relativos às emissões, mas não os divulgou em tempo real nem periodicamente (por exemplo, semanal ou mensalmente). Além disso, ao longo destes anos, estiverem sempre em branco os dados relativos às três incineradoras da primeira fase. Mesmo que se preveja a conclusão da terceira fase e a entrada em funcionamento, daqui a alguns anos, de mais incineradoras, devido ao aumento do volume de resíduos urbanos, cujos componentes são cada vez mais complexos, e à lentidão da vulgarização da recolha selectiva, será inevitável continuar a utilizar as incineradoras da primeira e da segunda fase, que são suspeitas de não cumprir os requisitos. Além disso, na época de ventos fortes, como o terreno de Wai Long está a sotavento da Central de Incineração, a poluição será ainda maior.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica e no Regimento, interpelo e solicito ao Governo da RAEM que me sejam dadas respostas claras, objectivas e adequadas sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Em 2016, o Governo insistiu na escolha do terreno de Wai Long para construir habitação, o que teve um efeito objectivo de divisão social. Porém, agora tudo é diferente, pois, nos últimos anos, o Governo recuperou 78 terrenos desaproveitados que perfazem um total de 690 mil metros quadrados, e com a formação gradual de novas zonas urbanas, a reserva de terrenos do Governo possibilita a criação de um ambiente habitacional mais confortável. Assim sendo, o Governo deve procurar outros terrenos alternativos, que não envolvam controvérsias ambientais, para construir as habitações económicas previstas para Wai Long, ou até mais do que estas, e planear os transportes, protecção ambiental e infra-estruturas industriais das zonas envolventes, a fim de maximizar os benefícios públicos do aproveitamento dos terrenos. Vai fazê-lo?
2. Em menos de cinco anos, o Governo reduziu a quantidade das habitações económicas de Wai Long, as fracções passaram das 8000 inicialmente previstas para as 4000 a 5300 divulgadas recentemente, o que significa que se deu razão às dúvidas do público em relação aos futuros 10 mil moradores terem de ficar rodeados por instalações repulsivas. O Governo deve divulgar todos os dados dos relatórios de avaliação ambiental do projecto original “*La Scala*” e do projecto de habitação económica de Wai Long (incluindo o ruído do aeroporto, os impactos causados pela central de incineração e pela estação de tratamento de águas residuais, o fluxo de tráfego, o fluxo do vento, a disposição de instalações sociais, etc.), para que os profissionais e o público possam avaliar, em conjunto, a cientificidade e a razoabilidade da construção de habitações no referido terreno. Quando é que vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. A construção de novas instalações repulsivas causou sempre polémica na comunidade. Porém, o Governo pretende agora transferir mais de 10 mil residentes para a proximidade de instalações repulsivas, uma situação que é preocupante. Os critérios para o controlo das emissões da Central de Incineração têm sido alvo de críticas, e neste momento, a Central não está a divulgar os dados dos testes das emissões em tempo real, nem os dados completos e periódicos, e os dados das três incineradoras da primeira fase estão em branco há já muitos anos. Por que razão é que os dados não são divulgados em tempo real e integralmente? Como é que a população e, em particular, os futuros moradores das habitações económicas em causa podem ficar convencidos de que não existem riscos de higiene e para a saúde quando se vive na periferia de incineradoras?

1 de Março de 2021

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM**

**Sou Ka Hou**